
Objetividade e Neutralidade na Imprensa Alternativa a Partir de um Estudo em Veículos Portugueses¹

Cátia GUIMARÃES²
Fiocruz, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

Analisa parte da cobertura jornalística sobre a pandemia de Covid-19 de quatro veículos alternativos portugueses quanto à adesão aos princípios da objetividade e da neutralidade, considerando também a forma como eles se autodefinem nos seus espaços institucionais e nas entrevistas realizadas durante a entrevista que origina este trabalho. Como ferramenta de análise, parte do debate conceitual e metodológico que desnaturaliza a tendência de se compreender objetividade e neutralidade como sinônimos.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa alternativa; objetividade; neutralidade.

Introdução

“É factível pôr conteúdos e visões de mundo favoráveis aos projetos revolucionários em formas narrativas que foram desenhadas para perpetuar uma ordem que está contra esses projetos?”. A interrogação é de Armand Mattelart (2010, p. 96-97), numa obra da década de 1970, que remete à sua experiência concreta de tentar construir um projeto de comunicação popular no Chile durante o governo de Salvador Allende. Entre os muitos elementos que, devidamente contextualizado, esse questionamento carrega, um em particular interessa e orienta a pesquisa que dá origem a este trabalho: o risco – político e epistemológico – de práticas de comunicação idealizadas como fora do espaço da mídia hegemônica acabarem por reproduzir princípios e concepções técnicas da imprensa à qual elas se propõem funcionar como alternativas (Guimarães, 2015).

Seguindo essa trilha, mas com um olhar específico para iniciativas jornalísticas e a partir de um estudo de caso concreto, este trabalho pretende discutir como a mídia alternativa lida com uma das prescrições que se tornaram mais estruturantes do modo de

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para Cidadania, 24º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, especialista em Comunicação e Saúde, mestre em Comunicação e Cultura, doutora em Serviço Social, e-mail: catiacguimaraes@gmail.com.

fazer jornalismo dito ‘profissional’, na esteira do processo de hegemonização do modelo liberal de mídia (Hallin e Mancini, 2010): a expectativa da objetividade e da imparcialidade/neutralidade no relato e tratamento das notícias e informações em geral. A análise de dois meses de cobertura jornalística de quatro veículos alternativos portugueses, que desenvolvemos como recorte específico de uma pesquisa mais ampla³, constatou variações e contradições interessantes na forma como a proposta editorial, a concepção sobre o papel político a ser desempenhado e as condições materiais de cada uma dessas iniciativas comunicacionais permitiam conceber e operar esses ‘valores’. Adicionalmente, essas impressões apreendidas da análise contribuem para retroalimentar o importante e necessário debate teórico sobre as diferenças conceituais e práticas que se precisa estabelecer entre objetividade e neutralidade, como discutiremos adiante.

Os dados do estudo empírico que serão apresentados neste texto referem-se a quatro veículos jornalísticos portugueses, com exemplos editoriais que remetem à sua atuação nos dois primeiros meses da pandemia de Covid-19. São eles: o jornal Avante, do Partido Comunista Português (PCP), que é um veículo impresso voltado principalmente para os militantes; o jornal Acção Socialista, órgão oficial do Partido Socialista (PS) que já foi impresso mas hoje se restringe a uma seção no site da sigla; o portal Esquerda.Net, veículo de informação geral do Bloco de Esquerda (BE); e o site Abril Abril, sem vínculo formal com partidos, mas com uma grande proximidade editorial, política e administrativa com o PCP. As informações aqui dispostas resultam de uma investigação desenvolvida a partir de três caminhos principais: a sistematização do discurso produzido pelos próprios veículos na sua autodescrição ou apresentação de princípios editoriais nos seus espaços institucionais; a análise de entrevistas realizadas com seus responsáveis políticos e editoriais; a análise do conteúdo referente a 2.368 páginas de texto e imagem de cobertura jornalística sobre a pandemia de Covid-19 nos dois primeiros meses da crise sanitária em Portugal (março e abril de 2020).

Objetividade e Neutralidade: Separando o Joio do Trigo

Parece prudente supor que a maior ou menor preocupação com a questão apresentada por Mattelart na abertura deste texto depende da função ‘alternativa’ que cada

³ Pesquisa ‘Imprensa alternativa, cultura da desinformação e pandemia: um estudo comparado Brasil-Portugal’, desenvolvida como estágio pós-doutoral na Universidade do Minho, com financiamento parcial de bolsa do CNPq.

veículo ou projeto que assim se autodenomina pretende desempenhar. Por isso, vale mencionar que, no âmbito geral, a pesquisa que origina este trabalho tenha optado por abarcar também iniciativas jornalísticas ditas ‘independentes’, o foco da investigação são as iniciativas que se desenvolvem a partir de uma experiência mais ampla de vinculação e mobilização social situada à esquerda do espectro político-ideológico. Assim, o que perseguimos nesses estudos são a disposição e o potencial das iniciativas jornalísticas para, mesmo que por diferentes caminhos e estratégias, a disputar hegemonia – o que não significa que todas as experiências estudadas encaixem-se nessa definição. “A isso estamos chamando de jornalismo contra-hegemônico, inspirados no conceito de ‘hegemonia’ desenvolvido por Gramsci para nomear uma prática que vise disputar concepções de mundo e contribuir para um processo de construção de consciência que, para além da dimensão do conhecimento e do discurso, só se completa como ação prática” (Guimarães, 2015, p. 14). Trata-se, portanto, de tematizar o jornalismo “como prática política militante sem, no entanto, considerar que isso signifique abrir mão das determinações que o caracterizam como jornalismo — e não como ciência, arte ou mera propaganda” (Guimarães, 2015, p. 14-15).

Ligados direta (em três casos) ou indiretamente (em um) a partidos que representam variações de centro-esquerda em Portugal, os quatro veículos aqui analisados transitam por esse universo da imprensa partidária e alternativa, embora com declaração de intenções (políticas e editoriais) e prática efetiva muito distintas que variam, inclusive, de acordo com a posição de cada sigla que as mantém no tabuleiro político do momento. Ao mesmo tempo, é preciso ter em conta que, mirando uma transformação social mais ampla, a proposta de atuação contra-hegemônica no campo da comunicação não pressupõe (e tampouco se limita a) a postura de oposição e combate em qualquer âmbito, desvinculado de um olhar (editorial e político) sobre a totalidade social. Assim, no que diz respeito ao estudo empírico empreendido por nós, era esperado, por exemplo, que, num país como Portugal, em que se estabeleceu um quase consenso social em torno das orientações sanitárias e científicas mediadas pela Direção Geral de Saúde, a análise da cobertura na pandemia desses veículos alternativos, pelo menos no seu início, identificasse menos posturas opositivas, como, de fato, se constatou. Ainda assim, o caráter da disputa social mais profunda empreendida por algumas dessas iniciativas – em coerência com a ação prática da organização/partido que as mantêm – foi claramente reconhecível na prioridade editorial que elas elegeram para debates com menor penetração e diversidade de visões

na mídia hegemônica, principalmente a denúncia do papel do setor privado em meio à crise sanitária e a crítica à não flexibilização da cartilha de austeridade da União Europeia mesmo diante das dificuldades enfrentadas naquele momento pelos países mais pobres, como a Itália .

Dito isso, comecemos por esclarecer o que aqui estamos nomeando como objetividade e imparcialidade. Desde a consolidação de um modelo que surgiu a partir de meados do século XIX, com influência direta dos EUA, é comum se reconhecer a objetividade como critério do trabalho e do conhecimento produzido pelo jornalismo, apesar dos muitos debates epistemológicos sobre a viabilidade de se pôr em prática esse princípio e das muitas críticas que historicamente essa concepção vem recebendo. Mais do que isso, é recorrente o argumento de que o apego à objetividade seria um dos aspectos de diferenciação entre a imprensa dita ‘profissional’, autodefinida como porta-voz do interesse geral e ferramenta da democracia, e a imprensa ‘militante’, que, por definição, atenderia a interesses particulares de grupos ou segmentos sociais . É nesse sentido que o ideal da objetividade se traduz em um conjunto de técnicas ou passos metodológicos que passam a caracterizar o que se compreende como o jornalismo profissional e que devem, portanto, se expressar em “declarações consensualmente validadas sobre o mundo, com base numa separação radical entre fatos e valores” (Schudson, 2010, p. 144). Ancorado na história da imprensa norte-americana, o autor identifica, já naquele momento – passagem do século XIX e início do século XX – esse ideal como a “imposição de um método projetado para um mundo no qual nem mesmo os fatos poderiam ser confiáveis” (2010, p. 144). Não por acaso, mais de 100 anos depois, com argumentos diversos e relevância para os objetivos deste trabalho, a questão da objetividade tem ocupado também o debate contemporâneo sobre a cultura da desinformação e a crise de credibilidade da imprensa profissional.

Ultrapassa os objetivos deste estudo um debate mais aprofundado sobre as diversas concepções de objetividade presentes na literatura, mas é fundamental para a análise que aqui será empreendida a desnaturalização de um dos aspectos comuns dessa definição, que entende ‘objetivo’ como sinônimo de ‘neutro’ ou ‘imparcial’. Isso significa, por um lado, tomar o jornalismo, de fato, como um conhecimento (Genro-Filho, 1987) que se pretende objetivo, mas no sentido que a tradição marxista atribui a esse qualificativo, como referência a uma realidade que existe ‘fora’ do sujeito. Por outro, seguindo o mesmo referencial teórico-metodológico, significa compreender que, quando se lida com

questões sociais, na ciência mas – dizemos nós – também no jornalismo, o processo de conhecimento pressupõe uma realidade que, diferente das ciências naturais, é construída por homens e mulheres que são também sujeitos desse conhecimento. Referindo-se às ciências sociais, mas com uma teorização que julgamos pertinente ao debate do jornalismo, Netto nos ajuda ao explicar que “a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física; antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto” (2011, p. 23). E o autor adianta nosso argumento em relação ao jornalismo quando conclui que, por isso, a teoria “da sociedade” “exclui qualquer pretensão de neutralidade, geralmente identificada com objetividade” (Netto, 2011, p. 23).

A partir dessa perspectiva teórica, portanto negando a compreensão da objetividade como sinônimo de imparcialidade, o estudo que origina este trabalho tentou identificar: (1) se as notícias e conteúdos analisados em geral tinham como referência fatos, acontecimentos e debates reais, que marcavam o contexto social concreto no período (o que estamos compreendendo como marcadores de objetividade); e (2) se esses conteúdos expunham (e como) a posição política e editorial assumida pelos veículos no tratamento de cada grande tema em pauta naquele momento e qual o espectro de atores e vozes sociais reconhecidas como fontes desses conteúdos (o que entendemos como indicativos da busca ou não da imparcialidade). Não se trata, evidentemente, de restringir a esses marcadores a dimensão prática da objetividade e da neutralidade – que envolvem muitos outros aspectos importantes de serem valorizados como, por exemplo, a linguagem. Trata-se apenas de delimitar as perguntas às dimensões que de fato saltam da leitura do material real produzido pelos veículos estudados, perseguindo um caminho metodológico em que é o conteúdo extraído dos textos analisados que permite formatar as categorias de análise.

A compreensão dos resultados identificados neste estudo requer que resgatem também o debate sobre as categorias de pluralismo interno e externo propostas por Hallin e Mancini (2010) que, por sua vez, tem relação direta com a noção de “paralelismo político”, processo que eles identificam a partir de várias métricas entre as quais destacamos duas: a existência de “ligações organizativas entre os media e os partidos políticos” ou outras organizações; e a percepção sobre o quanto os conteúdos desses veículos “reflectem as diversas orientações políticas nas notícias que dão e na informação sobre assuntos correntes” (2010, p. 42). Assim, segundo os autores, o baixo grau de

“paralelismo político” de um veículo jornalístico, associado a outros indicadores, sugere que ele consegue ser plural no seu próprio conteúdo (internamente) – essa é, dizemos nós, a imagem-modelo da concepção de neutralidade no jornalismo. Outro cenário é aquele em que os veículos mantêm forte paralelismo político, mas no qual a existência de meios jornalísticos variados e engajados em todo o espectro político-partidário – do mais à esquerda ao mais à direita – conformaria um pluralismo externo, ou seja, que se dá não pelo apego à isenção por parte de cada veículo, mas porque o modelo permitiria à sociedade ter contato com informação de todas as matizes políticas a partir da escolha entre o leque de meios disponíveis. Como se sabe, essa caracterização é parte de uma pesquisa comparativa sobre sistemas de mídia em que os autores identificam uma tendência de hegemonização mundial do modelo liberal de mídia, de inspiração principalmente norte-americana, que, não por acaso, caracteriza-se, entre outros aspectos, por um baixo paralelismo político, que se expressa também na forma de produzir notícia. Como eles explicam: “(...) um corolário desta estrutura conceptual é a ideia de que a profissionalização é essencialmente sinónima de ‘objectividade’ e ‘neutralidade política’” (Hallin e Mancini, 2010, p. 52).

É importante, no entanto, registrar que a pesquisa de Hallin e Mancini não se refere à imprensa alternativa – o que torna digno de nota o fato de, no seu universo de análise, existirem ainda – embora em processo de descenso, como eles concluem – países em que veículos ligados a partidos ou movimentos sociais compõem o sistema de mídia, sem que essa identidade os desqualifique como jornalísticos e instrumentos da democracia. Diante de um contexto em que esse cenário se desfaz, com a tendência de hegemonização do modelo liberal de mídia, parece possível supor que um dos papéis da imprensa alternativa passe a ser tentar equilibrar esse universo comunicacional, incentivando algum nível de pluralismo externo – mesmo que em condições materiais, de produção e alcance, quase sempre muito desfavoráveis. Embora esse não seja o único papel que a mídia alternativa desempenha e se autoatribui, nesse caso a decisão de ocupar esse lugar passa pela avaliação de que um sistema crescentemente hegemonizado por conglomerados empresariais – o que também caracteriza o modelo liberal de mídia – não é capaz de produzir o pluralismo interno que o princípio da imparcialidade do jornalismo profissional promete, ainda que haja diferenças relevantes entre os diferentes países .

Importa-nos aqui realçar que, sem prejuízo de outras razões – inclusive aquelas que passam mais diretamente pela forma que assume a disputa de hegemonia e o

reconhecimento da grande mídia empresarial como parte fundamental da hegemonia vigente –, o esforço de promover algum pluralismo externo diante da redução, da ausência ou mesmo da impossibilidade de pluralismo interno coloca para essa imprensa alternativa a ‘tarefa’ da não-neutralidade . Como também concluiu outro estudo empírico que investigou iniciativas jornalísticas em Portugal, Espanha e Brasil:

A característica que possivelmente mais distinga a natureza da produção do jornalismo alternativo da prática do mainstream é a decisão deliberada de não incluir o “outro lado” nas narrativas construídas. Assim, princípios como o do equilíbrio e da imparcialidade são deixados de lado, em nome de uma ação posicionada e, em muitos casos, engajada em alguma causa social. Essa omissão, porém, não se dá por repulsa à escuta desse “outro lado”, em geral formado pelas autoridades oficiais e pelo Estado, mas pela percepção da amplitude do ambiente mediático, em que o meio alternativo é apenas mais um entre tantos que povoam o seu ecossistema. Afinal, parte-se do princípio de que o público tem acesso a diversas fontes de informação, de diferentes origens, potencialmente divergentes, e por isso tem a chance de acessar os diferentes lados que formam aquele acontecimento, sendo dispensável dar ainda mais visibilidade a quem geralmente tem espaço garantido nos media mainstream. Isso fica evidente a partir do momento em que os media alternativos acentuam seu papel como um complemento ao mainstream, como visto no inquérito online, e não como oposição, se enxergando, deste modo, como mais um dos atores a contribuir para a construção da grande narrativa social alimentada pelos diversos meios de comunicação, contribuindo para garantir a diversidade de vozes que possam gerar um espaço público potencialmente mais plural” (FERNANDES, 2019, p. 300).

Uma Imprensa que Tem Lado

De fato, em quase todas as entrevistas realizadas com responsáveis editoriais e políticos dos veículos analisados na pesquisa que origina este trabalho prevaleceu a percepção de que a falta de pluralidade da grande imprensa comercial justificaria, em alguma medida, a ausência, na cobertura jornalística alternativa, de fontes oficiais e de outras forças políticas e grupos sociais que costumam ter espaço no ambiente da mídia hegemônica. O presidente da Associação Abril Abril, Antônio Rodrigues, por exemplo, reconheceu que a garantia do contraditório, que costuma ser considerada parte da deontologia do jornalismo profissional, nem sempre está presente no Portal e justificou que, em parte, isso se deve à falta de condições técnicas de trabalho, mas que muitas vezes resulta também de opção política, já que o papel do veículo seria garantir as falas que expressam “o déficit [de informação] que existe na sociedade”, não aquelas que não têm qualquer dificuldade de espaço na grande mídia, como as posições do governo.

É interessante perceber como essa percepção, que assume uma posição de não neutralidade e passa pelo reconhecimento de um lugar a ser ocupado na promoção do

pluralismo externo, acaba tensionando o ‘consenso’ sobre os procedimentos técnicos/metodológicos reconhecidos como validadores da objetividade no jornalismo. O princípio do contraditório, por exemplo, passa a ser cumprido pelo esforço de dar voz a atores (e mesmo pautas) silenciados na mídia hegemônica e não pela ‘regra de ouro’ do jornalismo profissional de ‘ouvir os dois lados’. Referindo-se ao Esquerda.Net, Jorge Costa, responsável pela ponte cotidiana entre o partido e o Portal defendeu, em entrevista à pesquisa, que a clareza de que o veículo é propriedade do Bloco de Esquerda, mesmo não sendo o porta-voz do partido, fornece a transparência que autoriza sua não-isenção. “Eu não tenho que dar todas as perspectivas, eu só tenho que contar a verdade. E, portanto, tem é que haver transparência. Se um jornal explica que é um jornal partidário, então não há que esperar neutralidade, só há que esperar verdade”, argumentou, numa fala que parece desafiar a concepção naturalizada no modelo de jornalismo informativo de que a verdade só pode resultar da contraposição de diferentes visões, o que, de certa forma, a ‘independe’ (e descompromete) em relação à objetividade dos fatos.

Essa mesma argumentação, que parece denunciar uma contradição concreta entre os princípios da transparência e da imparcialidade, destaca-se na entrevista do editor do Avante – que, diferente do Esquerda.Net, funciona, de fato, como porta-voz do PCP. “Nós assumimos o que somos, acho que isso é uma coisa boa. Quem lê o Avante sabe o que está a ler: é o jornal do Partido Comunista Português, é o jornal que espelha a visão e as concepções do Partido Comunista Português. Que bom seria se os outros dissessem o mesmo: jornal da Sonae, jornal do grupo não sei quê, que é do Balsemão, sócio número 1 do PSD...”, diz ele, em um dos trechos da entrevista, referindo-se a dois dos mais importantes grupos empresariais com atuação nos órgãos de comunicação social – Francisco Pinto Balsemão é presidente do grupo Impresa, que controla diversos veículos jornalísticos, entre eles o jornal Expresso e vários canais da SIC, a principal TV privada portuguesa, e, ao mesmo tempo, uma importante liderança do Partido Social Democrata (PSD), antigo PPD, com vários cargos políticos no currículo, incluindo o de Primeiro Ministro do país.

Completa esse quadro um olhar sobre o modo como cada veículo estudado se define, que contribui para se compreender o papel que ele visa desempenhar na arena midiática e a bagagem de referências políticas e jornalísticas que o informa, evidenciando, entre outras coisas, a opção consciente pela não isenção.

O Abril Abril se diz um “espaço vinculado” aos valores da Revolução dos Cravos, “que opta pelo lado da justiça social, da solidariedade e da paz”. Anuncia que “se pretende rigoroso, mas não neutro” e que, portanto, não esconderá sua “opinião e posicionamento”. Define-se como “o outro lado das notícias”, slogan que tenta dar conta de divulgar o que é silenciado pelos órgãos massivos de comunicação social e apresentar versões alternativas da “notícia dominante”.

O portal Esquerda.Net não se alonga em referências valorativas na caracterização de si próprio no seu sítio institucional. Apresenta-se apenas como de “informação alternativa”, afirmando a intenção de “concorrer com os portais dos órgãos de informação”, diferenciando-se, no entanto, por seguir uma “óptica crítica, de esquerda, na selecção de notícias, na produção do seu noticiário, nas suas fontes”. Explica tratar-se de um veículo de propriedade do Bloco de Esquerda que não se confunde com o portal institucional do partido e está aberto a “personalidades” nacionais e internacionais de fora da sigla, embora assuma que reflete as opiniões do partido.

As duas outras experiências, o jornal Avante, do PCP, e o Acção Socialista, do PS, não trazem no site ou outro espaço institucional de acesso público atual qualquer texto de apresentação ou publicização de princípios editoriais. No caso do jornal do PCP, no entanto, a missão de mobilização social e o sentido (político e nada imparcial) dessa mobilização estão explícitos já na primeira página das edições, em que se lê a última frase do Manifesto do Partido Comunista, escrito em 1948 por Marx e Engels: ‘Proletários de todos os países, uni-vos’. O primeiro número do jornal, publicado de forma clandestina em 1931, ainda durante a ditadura salazarista, afirma que o Avante será o “órgão de imprensa” responsável por “denunciar ao povo português todas as tropelias, todas as maldades e todos os crimes que contra ele se praticam diariamente”. Já na primeira edição na legalidade, saída em maio de 1974, menos de um mês após a Revolução dos Cravos, o jornal afirma que “continua ao serviço da classe operária e restantes trabalhadores, reflectirá os seus anseios e reivindicações, pugnará pelos seus interesses, apoiará firmemente a sua luta”.

Outro elemento de autodeclaração relevante de se analisar em relação ao tema tratado neste texto é o papel que esses veículos se atribuem na condição de alternativos que desempenham. É possível se apreender das entrevistas que eles se reconhecem tanto no papel de complementar a imprensa mainstream, contribuindo para a promoção de um certo pluralismo externo, nos termos de Hallin e Mancini, quanto de contestar e desafiar,

com contrainformação ou apenas perspectivas distintas, alguns consensos editoriais dos grandes grupos empresariais de comunicação. Em ambos os papéis, no entanto, está pressuposto (e assumido) que não se busca neutralidade.

Concepções e Condições Materiais para a Objetividade

Mas se essa concepção de alternativo de fato justifica a recusa do discurso ideológico da neutralidade que se expressa na técnica jornalística, por outro lado ela não dá conta de explicar a ausência de procedimentos que garantam o controle sobre a objetividade das informações fornecidas. Assim, compreende-se que não haja fontes que reforcem a ideia de um ‘outro lado’ que tem espaço frequente na mídia hegemônica, mas tampouco foram identificadas de forma abundante, na análise, as fontes autonomamente selecionadas e interpeladas pelos veículos, assim como pouco se identificam esforços de apuração própria. De modo resumido, pode-se dizer que não há fontes de ‘outro lado’, mas também pouco se exploram fontes próprias, apontando duas tendências principais, a depender do veículo: reverberar pautas e fontes da grande imprensa ou privilegiar o espaço de opinião – ambas expressando, segundo nossa análise, uma dificuldade também de garantir o caráter objetivo que, a despeito da imparcialidade, a informação jornalística requer.

Neste ponto é preciso realçar que, para que a análise empírica aqui descrita seja consequente com o pressuposto teórico apresentado, de que objetividade e neutralidade/imparcialidade não são sinônimos, é preciso reconhecer que a recusa à imparcialidade (tal como afirmada por vários entrevistados e pelos textos de apresentação de quase todos os veículos) não precisa – e não deve – se traduzir como igual desprezo pela objetividade. Da mesma forma, a presunção da objetividade não deve ser compreendida como a assunção da concepção hegemônica que prevalece no modelo liberal de mídia, mas sim como um pressuposto do reconhecimento do jornalismo como uma forma específica de produção de conhecimento (Genro Filho, 1987).

Esclarecido esse caminho de análise, vale reforçar que chama particular atenção no material estudado a ausência de apuração própria como parte da prática jornalística de todos os veículos estudados. É rara a ocorrência de reportagens e, na maior parte dos textos informativos, não apenas a pauta (a matéria-prima da notícia) como as fontes de suas declarações são extraídas de outros veículos jornalísticos, em sua maioria, dos órgãos

de comunicação social massivos – aos quais eles se propõem a ser alternativos. Identifica-se igualmente – nomeadamente no Esquerda.Net e no Acção Socialista – a reprodução e repercussão de pautas, fontes e declarações de jornais e portais dos órgãos de comunicação social mainstream, além de, no caso do veículo do Bloco de Esquerda, também uma frequente republicação de artigos originalmente produzidos para esses espaços. Ainda que sem dados sistematizados por esta pesquisa, o acompanhamento da imprensa portuguesa permite identificar uma clara prevalência e visibilidade maior do Bloco de Esquerda e do PS nos meios de comunicação hegemônicos, percepção reforçada pelas impressões expressas em quase todas as entrevistas realizadas pela pesquisa. Isso explica, por exemplo, que o Esquerda.Net republicasse frequentemente artigos de seus dirigentes e militantes publicados nesses espaços e que o Acção Socialista repercutisse as notícias sobre o governo do seu partido que eram produzidas por vários veículos. O Acção Socialista tem ainda menos apuração própria no período estudado, na medida em que as matérias são, em sua esmagadora maioria, informações sobre a fala de alguém do governo (principalmente o Primeiro Ministro) ou do partido (que estava à frente do governo) nos mais variados temas. Ao mesmo tempo, e pela mesma razão, são frequentes as reproduções de declarações originalmente publicadas em conteúdos da grande imprensa, em que o PS e o governo têm protagonismo.

No Avante, ao contrário, não se identifica a utilização de notícias de órgãos de comunicação social hegemônicos e as poucas referências feitas a eles são sempre muito críticas. No entanto, tampouco há prevalência de apuração própria. Como, entre os textos em formato de notícia, o jornal privilegia reivindicações, denúncias e conquistas de trabalhadores, além de informações sobre o próprio PCP, neles figuram declarações de sindicalistas e lideranças partidárias, mas em geral reproduzidas de notas, conferências de imprensa ou declarações reproduzidas de informes dessas organizações. Além disso, parte significativa do conteúdo do jornal é de colunas de opinião, pensadas de uma forma que dispensa apuração. É certo que a opção editorial do jornal de manter os espaços de opinião com um corpo fixo de colunistas ligados ao PCP e o fato de o partido ter uma penetração muito menor nos órgãos de comunicação social, por si, já explicam parte significativa dessa diferença em relação ao Esquerda.Net e ao Acção Socialista, com relação à utilização de conteúdos da mídia hegemônica. Mas é igualmente perceptível o pouco investimento do jornal na produção e mesmo divulgação de informações ‘objetivas’, de modo que os temas ‘do momento’ são abordados quase sempre nos artigos,

os quais, por sua vez, em muitos casos consistem num ‘passeio’ por assuntos e questões muito variadas, raramente dedicando-se ao aprofundamento de um debate específico. Em parte, a não obsessão pela novidade se justifica por tratar-se de um jornal semanal e impresso, embora identifique-se como prioridade editorial a divulgação de notícias ‘quentes’ sobre reivindicações, denúncias e resultados de lutas de movimentos de trabalhadores, numa abordagem que, em geral, consiste em apenas reproduzir as demandas, declarações e comunicados, sem apuração ou análise, além de comunicações sobre o próprio partido.

O Abril Abril, no período, parece ter um foco especial no conteúdo internacional, de modo que o recurso a agências e outros veículos alternativos como fonte primária das pautas e de reprodução de declarações e análises se destaca. Merecem destaque duas reportagens que têm pauta e apuração própria, diferenciando-se da tendência mais geral – desse e dos demais veículos – de se pautar pelo que é notícia na grande imprensa. Também nesse caso não se identifica o uso de fontes de órgãos de comunicação social, exceto um caso de informação da Agência Lusa, que é majoritariamente estatal.

Por fim, o Esquerda.Net claramente se destaca pela reprodução frequente de fontes e declarações apuradas pela grande imprensa, além da republicação de artigos com a mesma origem – boa parte deles de lideranças e militantes do Bloco de Esquerda, que têm maior penetração nos órgãos de comunicação social. Também aqui se identificam algumas (poucas) pautas originais, no sentido de serem iniciativa do Portal e não eco do que se noticiava nos grandes jornais, expressas principalmente na forma de entrevistas diretas (no formato pingue-pongue), além de um grande volume de conteúdo de serviço.

Foram identificadas nesses e nos demais veículos analisados também uma regularidade de reproduções e aproveitamento de pautas e fontes de outras iniciativas alternativas, mas esses casos se referem de forma praticamente exclusiva à cobertura internacional – são raras as referências a outras iniciativas alternativas portuguesas e não se registrou nenhuma situação em que os veículos analisados se citassem entre si.

Vale ainda mencionar o crescimento das colunas de opinião – ou comentário, como se costuma nomear em Portugal – como espaços privilegiados no jornalismo, que vem sendo identificado por outros estudos da área que se referem à grande mídia hegemônica. Também na imprensa alternativa essa parece ser uma característica frequente, que equilibra, de certa forma, a necessidade de desafiar consensos editoriais da grande imprensa ou apresentar versões distintas de um mesmo tema, com a dificuldade

aparentemente estrutural de apuração de muitas dessas iniciativas, principalmente aquelas vinculadas a movimentos sociais. Mas quando se trata de uma opção editorial, a ampliação desse espaço, sobretudo em tempos de enfrentamento da desinformação, baseia-se na valorização de uma concepção de opinião ancorada em informação: logo, se não se separam fatos e valores, também não se autonomizam os valores, como se eles não dependessem do subsídio e da fundamentação de fatos, teoria e argumentos objetivos.

Essa concepção está presente, por exemplo, em vários artigos de fundo (e de fôlego) publicados no Esquerda.Net, muitos deles de autoria de militantes e lideranças do Bloco de Esquerda, outros traduzidos para dar espaço ao debate promovido por pesquisadores, ativistas e intelectuais de diferentes tipos sobre os temas mais diversos. O mesmo vale para o Abril Abril que, embora em quantidade muito menor, também prioriza, no período, alguns artigos que promovem o debate mais aprofundado sobre determinado tema com opiniões ancoradas e sustentadas por informações e argumentos objetivos. Um exemplo é um texto que faz uma recuperação histórica do uso legal do mecanismo de ‘estado de emergência’ em outros países e outras épocas para argumentar sobre os riscos dessa medida, que vinha sendo contestada pelo PCP como caminho a ser seguido por Portugal naquela ocasião.

Já no Avante, as colunas de opinião, fixas em sua maioria, pouco aprofundam os temas de que tratam, configurando-se mais como espaços em que se citam exemplos variados de situações que servem para reafirmar um conjunto restrito de posições do partido, cuja relevância parece independe do contexto mais imediato, de fatos e argumentos mais desenvolvidos. É preciso, nesse registro, lembrar que o Avante é um jornal impresso, portanto com a limitação de espaço que um portal eletrônico não possui, e tem no seu projeto editorial uma relação fixa de colunas e colunistas, que têm a ocupação desse espaço também como tarefa partidária. De todo modo, é inescapável perceber que, na dialética das dimensões particular e universal da descrição dos fenômenos que caracterizaria o jornalismo como forma específica de conhecimento (Genro Filho, 1987), é como se os espaços de opinião do jornal se ativessem principalmente ao nível mais abstrato das mensagens que quer transmitir. No Acção Socialista, no recorte feito pela pesquisa, não se identifica o recurso de artigos de opinião.

Considerações Finais

Entre os quatro veículos analisados, é preciso, antes de tudo, fazer uma distinção: dois são órgãos oficiais dos respectivos partidos e, portanto, não recaem sobre eles qualquer expectativa de neutralidade, enquanto os outros, ao se colocarem a tarefa de fornecer informação geral mas a partir do olhar das suas organizações, tensionam a definição hegemônica do fazer jornalístico.

Em todos os casos, no entanto, a dialética necessária entre o rigor com a descrição e contextualização da realidade concreta que a objetividade requer e a recusa à imparcialidade que esse mesmo movimento justifica parece comprometida quando a tradução de uma dessas pontas – na forma de apuração própria – está ausente da prática cotidiana. De um lado, a defesa do pluralismo externo se desequilibra quando se tende a acompanhar as pautas (logo, a capacidade de agendamento) da mídia hegemônica chegando ao limite de reproduzir as fontes e dados de apuração desses veículos. De outro, a recusa da neutralidade como opção política da imprensa alternativa encontra limites quando se esgota na apresentação de opiniões e comentários com pouco potencial de contrainformação e inovação editorial. De todo modo, salta da análise como inovadora – do ponto de vista prático e teórico – a defesa da transparência (sobre o lugar político de onde se fala e se produz informação) como um princípio jornalístico socialmente mais útil e aplicável do que a busca da imparcialidade, desenhando-se como um caminho que talvez se possa reconhecer como próprio da imprensa que se reconhece como alternativa.

Referências

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide:** para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUIMARÃES, Cátia C. Jornalismo e luta de classes: desvendando a ideologia do modelo informativo na busca da contra-hegemonia. 331p. **Tese** (Doutorado) – Escola de Serviço Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

_____. **Por uma história materialista do jornalismo:** caminhos para compreender a pós-verdade. Mediápolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público. Nº 17 (2023). No prelo.

GRUPO GLOBO. **Princípios editoriais do Grupo Globo.** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html#principios-editoriais>.

HALLIN, Daniel C & MANCINI, Paolo. **Sistemas de media:** Estudo comparativo. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia:** uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.